

Thiago Morra Costa Carreiro

Rua do sol, 236, centro, Maceió/AL.

Prezados (as) Senhores (as),

Venho por meio deste ofício informar à Corregedoria Geral de Justiça do estado de Alagoas sobre uma procuração falsa lavrada em meu cartório com utilização de documentos falsos de identificação. No dia 02 de abril de 2025, por volta das 16 horas, recebi a visita na sede do tabelionato da qual sou titular de um cidadão identificado como André Vitório Borges Pereira, que relatou ter quase sido vítima de uma fraude devido a uma procuração fraudulenta lavrada em meu cartório. Ao indagá-lo sobre o ocorrido, ele me disse que estava negociando a compra de um imóvel com o suposto procurador dos proprietários, mas desconfiou da veracidade da procuração. Após pesquisar o nome dos proprietários na internet, verificou que um dos outorgantes já havia falecido há mais de dois anos.

Ao averiguar a situação, constatei que, no dia 20 de março de 2025, de fato foi lavrada uma procuração em meu cartório com os seguintes dados: como outorgantes, constam José Pereira Filho e Edna Alves de Carvalho; e como outorgado, Franxvaldo Cavalcanti de Lima. Entretanto, verifiquei que o outorgado José Pereira Filho faleceu há mais de dois anos, conforme os registros disponíveis.

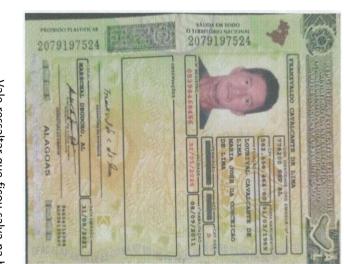
Diante disso, em posse da referida procuração e das cópias dos documentos utilizados na sua lavratura, dirigi-me à delegacia para registrar um Boletim de Ocorrência. Um policial, ao acessar as bases de dados da Polícia Civil, confirmou que o mencionado outorgado faleceu antes da data da lavratura da procuração. Além disso, a Polícia Civil constatou irregularidades nos documentos de identificação apresentados pelos estelionatários, confirmando a falsificação.

Constatamos o seguinte:



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por THIAGO MORRA COSTA CARREIRO e TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE ALAGOAS. Protocolado em 03/04/2025 às 10:22:25, sob o número 0700313-87.2025.8.02.0073. Para conferir o original, acesse o site, informe o processo 0700313-87.2025.8.02.0073 e o código FvL3qaPS.

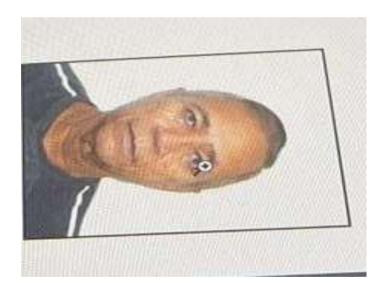




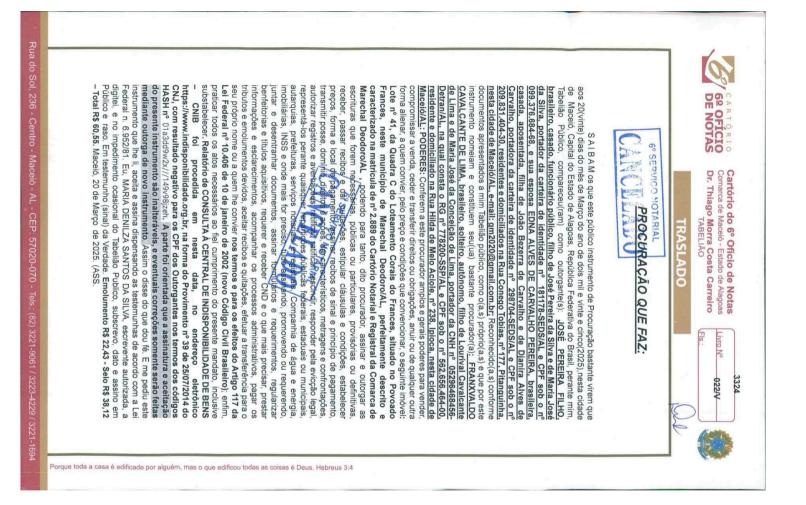
faz parte do procedimento preparatório dos atos: rosto dos estelionatários, visto que neste tabelionato, a captação da imagem facial dos clientes Vale ressaltar que ficou salva na base de dados do cartório do 6° ofício a foto do

A procuração lavrada neste tabelionato com base nos documentos falsos (já cancelada pela escrevente!):





Alves de Carvalho, conforme a base de dados da Polícia Civil:\* \*A real identidade dos proprietários do imóvel, vítimas da fraude, José Pereira Filho e Edna





a funcionária do cartório que lavrou a procuração. pelos proprietários, utilizando um sofisticado método de falsificação documental, ludibriando Diante do exposto, não restam dúvidas de que os dois indivíduos se passaram Este documento é cópia do original assinado digitalmente por THIAGO MORRA COSTA CARREIRO e TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE ALAGOAS.Protocolado em 03/04/2025 às 10:22:25, sob o número 0700313-87.2025.8.02.0073. Para conferir o original, acesse o site, informe o processo 0700313-87.2025.8.02.0073 e o código FvL3qaPS.

Atenciosamente,

Alagoas proceda à <u>ampla divulgação entre os cartórios do estado</u>, orientando-os a abster-se de praticar atos com base na procuração falsa lavrada.

Neste contexto, é urgente que esta Corregedoria Geral de Justiça do Estado de

Maceió, 03/04/2025.







D Cartório do 6º Ofício de Notas TABELIÃO

TABELIÃO

LIVIO 022/V







60

SERVICO

MOTARIAL

PROCU

CAO QUE FAZ.

receber, proreceber, passar recibos e dar sultações, estipular cláusulas e condições, estabelecer preços, forma e local de pagamento ressinar recibos de sinal e princípio de pagamento, transmitir posse, domínio direitos e ações, dar característicos, metragens e confrontações, autorizar registros e averbações retifican ratifican rescindir, responder pela evicção legal, casada, aposentada, filha de João Bezerra de Carvalho e de Djanira Alves de Carvalho, portadora da carteira de identidade nº 298704-SEDS/AL e CPF sob o nº 209.831.404-30, residentes e domiciliados na Rua Conego Tobias, nº 177, Pitanguinha, nesta cidade de Maceió/AL, e-mail: gm2020@gmail.com.br; Reconhecido(a,s) conforme documentos apresentados a mim Tabelião público, como o(a,s) próprio(a,s) e que por este instrumento nomeiam e constituem seu(ua) bastante procurador(a): FRANXVALDO forma alienar, a quem convier, pelo preço e condições que convencionar, o seguinte imóvel: Lote nº 41, da Quadra C do Loteamento Corais do Frances, situado no Povoado Frances, neste município de Marechal Deodoro/AL, perfeitamente descrito e escrituras Marechal caracterizado na matricula de nº 2.889 do Cartório Notarial e Registral da Comarca de compromissar a venda, ceder e transferir direitos ou obrigações, anuir ou de qualquer outra de Lima e de Maria José da Conceição de Lima, portador da CNH nº 052964684: Detran/AL, na qual consta o RG nº 778200-SSP/AL e CPF sob o nº 562.656.464-residente e domiciliado na Rua Hilda de Melo Aciole, nº 238, Ipioca, nesta cidade Maceió/AL: PODERES: Conferem a este procurador amplos e gerais poderes para vender CAVALCANTE DE LIMA, brasileiro, solteiro, autônomo, filho de Lourival Cavalcante 099.376.684-68, e sua aos 20(vinte) dias do mês de Março do ano de dois mil e vinte e cinco(2025),nesta cidade Maceio Público, Deodoro/AL que forem ne portador Capital do Estado de Alagoas, República Federativa do Brasil, Capital compareceu(ram) como outorgante(s): JOSÉ PERE S A I B A M os que este público instrumento de Procuração bastante virem que funcionário público, filho de José Pereira da Silva e de Maria José da carteira de identidade nº 181178-SEDS/AL e CPF sob o nº sua esposa EDNA ALVES DE CARVALHO PEREIRA, brasileira. essarias podendo publicas ou para tanto, seu(ua) bastante dito procurador, particulares, provisorias ou procurador(a): assinar PEREIRA e outorgar as perante mim definitivas,

Porque toda a casa é edificada por alguém, mas o que edificou todas as coisas é Deus. Hebreus 3:4

https://www.indisponibilidade.org.br, na forma do Provimento nº 39 de 25/07/2014 do CNJ, com resultado negativo para os CPF dos Outorgantes nos termos dos códigos

instrumento que

lhe li

O

952/81

Ø

no impedimento ocasional do

Total R\$ 60,55. Maceió, 20 de Março de 2025. (ASS

Em testemunho (sinal) da Verdade. Emolumento R\$ 22,43 - Selo R\$ 38,12

Tabelião Publico,

subscrevo

dato e assino

E me pediu este

Lei

li, aceita e assina dispensando as testemunhas de acordo com a L Eu, MARIA DENILZA SANTOS DA SILVA, escrevente autorizada,

mediante outorga de novo instrumento. Assim o disse do que dou fé.

do presente instrumento são inalteráveis, e eventuais correções somente serão feitas

A parte foi orientada que a assinatura e aceitação

01a3dd9w2x//

49v98jzeh.

substabelecer. Relatório de CONSULTA Á CENTRAL DE INDISPONIBILIDADE DE BENS

Lei Federal nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002 (novo Código Civil Brasileiro); enfim,

fiel cumprimento do presente mandato,

inclusive

praticar todos os atos necessários ao

CNIB

ó

procedida

em

nesta

data,

no

endereço

eletrônico

39 de 25/07/2014 do

juntar e desentranhar documentos, assinar formularios e requerimentos, regularizar benfeitorias e títulos aquisitivos, requerer e receber CND e o que mais precisar, prestar

assinar

0

regularizar

autarquias,

prefeituras, SSNI

repartições públicas federais, estaduais ou municipais, notaciais e registrais. Companhia de água e energia or preciso, tudo assinando, promovendo ou requerendo.

0

onde

desentranhar

documentos, serviços notariais de mais for preciso,

representá-los perante quaisquer repartique

tributos e emolumentos devidos, aceitar recibos e quitações, efetuar a transferência para

acompanhar os processos

administrativos, pagar

So

informações

a

esclarecimentos,

próprio

nome ou a quem lhe

convier

nos termos e para os efeitos do Artigo 117 da

FIS: 3

Visto:



# GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS POLÍCIA CIVIL CENTRAL DE FLAGRANTES - MACEIÓ - AL

## **BOLETIM DE OCORRÊNCIA**

Nº: 00048224/2025

Nome Civil: MARIA DENILZA SANTOS DA SILVA (TESTEMUNHA

Documento(s) Filiação 1: Maria do Carmo Santos

Estado Civil: Sem Informação Nacionalidade: Brasileira

Sexo: Feminino

Nasc: 16/05/1975

Idade

49

RG: 1423678

CPF: 828.202.524-00

Município: Maceió - AL

Complemento: QD 24 Logradouro: CONJUNTO JOAQUÍM LEAO

Nº: 352

CEP: 57,014-510

Nome Civil: FRANXVALDO CAVALCANTE DE LIMA (SUPOSTO AUTOR/INFRATOR

Filiação 1: Estado Civil: Sem Informação Maria Jose da Conceicao de Lima

Nacionalidade: Brasileira

Sexo: Masculino

Nasc: 31/03/1969

Idade

56

Documento(s)

CPF: 562.656.464-00

Logradouro: RODOVIA BARBABE CABRAL TOLEDO

Nº: 249 CEP: 57.160-000

Município: Marechal Deodoro -

Bairro: TAPERAGUA

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Nenhum Objeto Informado

### RELATO/HISTÓRICO

CIENTE DAS PENALIDADES PREVISTAS NO CÓDIGO PENAL, POR FALSAS DECLARAÇÕES EM DOCUMENTO PÚBLICO, EM ESPECIAL A DOS ARTIGOS 299 E 342 DO CP, COMPARECEU A ESTA CENTRAL DE FLAGRANTES, O NOTICIANTE, A FIM DE RELATAR QUE, SE ENCONTRAVA EM SEU LOCAL DE TRABALHO, OU SEJA, CARTÓRIO 6 OFICIO DE NOTAS, LOCALIZADO DA RUA DO SOL, 236 EM MACEIÓ/AL, QUANDO FOI PROCUPAÇÃO PELA PESSOA DE NOME ANDRÉ, PARA DENUNCIAR UMA FRAUDE DE PROCUPAÇÃO, TENDO COMO AUTORGANTES AS PESSOAS DE NOMES JOSÉ PEREIRA FILHO (FALECIDO) E EDNA ALVES DE CARVALHO PEREIRA, SENDO O OUTORGADO A PESSOA DE NOME FRANXVALDO CAVALCANTE DE LIMA, SENDO SEU O CORRETOR RESPONSAVEL PELA VENDA DO IMÓVEL, O SENHOR ARNALDO, TODOS REGISTRADOS ACIMA. DIZ O NOTICIANTE QUE AO TOMAR CONHECIMENTO DO FATO, PROCEDEU COMO CANCELAMENTO DA REFERIDA PROCUPAÇÃO NO SISTEMA. DIZ AINDA QUE, TAL PROCUPAÇÃO FOI EMITIDA NO PRÓPRIO CARTÓRIO, SENDO AUTORIZADA PELA ESCREVENTE DENILZA, TAMBEM REGISTRADA ACIMA. DIANTE DO EXPOSTO PROCUROU ESTA DELEGACIA PARA REGISTRAR EM BOLETIM DE OCORR



GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS POLÍCIA CIVIL CENTRAL DE FLAGRANTES - MACEIÓ - AL

**BOLETIM DE OCORRÊNCIA** 

Nº: 00048224/2025

**ASSINATURAS** 

Thiago Morra Costa Carreiro

Osvaldo Bitencourt de Souza
Agente de Policia
Agente de Policia
Matricula 301.535-8
Responsável pelo Atendimento
cos devidos fins de direido que seu cieja único(a) insponsáv
rme previsto nos Artigos 339-Denunciação Calumosa e 340

Página 4 de 4 entos Policiais Eletrônicos

Sinesp

Visto: Fls: 4



Visto:



# GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS POLÍCIA CIVIL CENTRAL DE FLAGRANTES - MACEIÓ - AL

## **BOLETIM DE OCORRÊNCIA**

Nº: 00048224/2025

### DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 02/04/2025 18:40:17 Data/Hora Fim: 02/04/2025 19:00:30

Delegado(a): Luiz Eduardo Barros de Albuquerque

1º Distrito Policial -Centro DADOS DA OCORRÊNCIA

Data/Hora do Fato Fim: Local do Fato

Data/Hora do Fato Início:

02/04/2025 16:00 02/04/2025 16:00 Unidade de Apuração:

Município: Maceió (AL)

Bairro: Centro

Logradouro: RUA DO SOL

Tipo do Local: Instituição Pública

Natureza

146: OUTRAS FRAUDES (ART. 176 DO CPB)

Não Houve

Meio(s) Empregado(s)

ENVOLVIDO(S)

Nacionalidade: Brasileira Sexo: Masculino

Nasc: 14/02/1953

Idade

72

Nome Civil: JOSE PEREIRA FILHO (VÍTIMA

Estado Civil: Sem Informação

Maria Jose da Silva

Documento(s) RG: 181178

CPF: 099.376.684-68

Município: Maceió - AL

Logradouro: RUA EMPRESARIO MARIO LEAHY

Complemento: LOT MURILOPOLIS

CEP: 57.045-410

Nome Civil: THIAGO MORRA COSTA CARREIRO (COMUNICANTE , VÍTIMA )

Sexo: Masculino

Nasc: 31/03/1996

Idade

29

Naturalidade: Engenheiro Paulo de Frontin -

Documento(s) Filiação 1: Estado Civil: União Estável Profissão: Tabelião Nacionalidade: Brasileira

Renata Morra Carreiro

CPF: 162.601.197-47

Município: Maceió - Al

Sinesp

Data de Impressão: 02/04/2025 19:00:46 - IP de Registro: 186.249.60.34

Visto: FIs: 2



# GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS POLÍCIA CIVIL CENTRAL DE FLAGRANTES - MACEIÓ - AL

Logradouro: RUA PROFESSORA NADIR MAIA GOMES **BOLETIM DE OCORRÊNCIA** Nº: 158 Nº: 00048224/2025

Telefone: (24) 99986-4132 (Telefone Celular)

Bairro: Jatiúca

Complemento: APTO 1106 EDIF CIO STUDIO DESIGN 02

CEP: 26.700-000

Nome Civil: ANDRE VITORIO BORGES PEREIRA (TESTEMUNHA)

Nacionalidade: Brasileira

Sexo: Masculino

Nasc: 26/03/1984

Idade

44

Documento(s) RG: 99001226389

Filiação 1:

Elba Borges de Lima Pereira

Estado Civil: Sem Informação

CPF: 051.813.654-00

Endereço

Município: Maceió - AL

Logradouro: AVENIDA DR ANTONIO GOMRS DE BARROS Complemento: APT 303 A

Nº: 79

CEP: 57.036-000

Nome Civil: ARNALDO LINS CAVALCANTE (TESTEMUNHA)

Nacionalidade: Brasileira

Sexo: Masculino

Nasc: 15/10/1963

Idade 61

Estado Civil: Sem Informação

Filiação 1: Adair Lins de Oliveira Melo

Documento(s)

CPF: 783.726.317-00

Município: Maceió - AL

Complemento: BLOCO A APTO 301 Logradouro: AVENIDA SILVIO CARLOS VIANNA

Nº: 2021

CEP: 57.035-160

Nome Civil: EDNA ALVES DE CARVALHO PEREIRA (VÍTIMA

Estado Civil: Sem Informação Nacionalidade: Brasileira

Sexo: Feminino

Nasc: 24/05/1957

Idade

67

Filiação 1:

Djanira Alves de Carvalho

CPF: 209.831.404-30

Logradouro: RUA EMPRESAR O MARIO LEAHY

Município: Maceió -A

CEP: 57.045-410

court de Souza de Registro: 186.249.60.34

Impresso por: Osvaldo Biter Data de Impressão: 02/04/2 ssão: 02/04/2025 19:00:46

C Sinesp

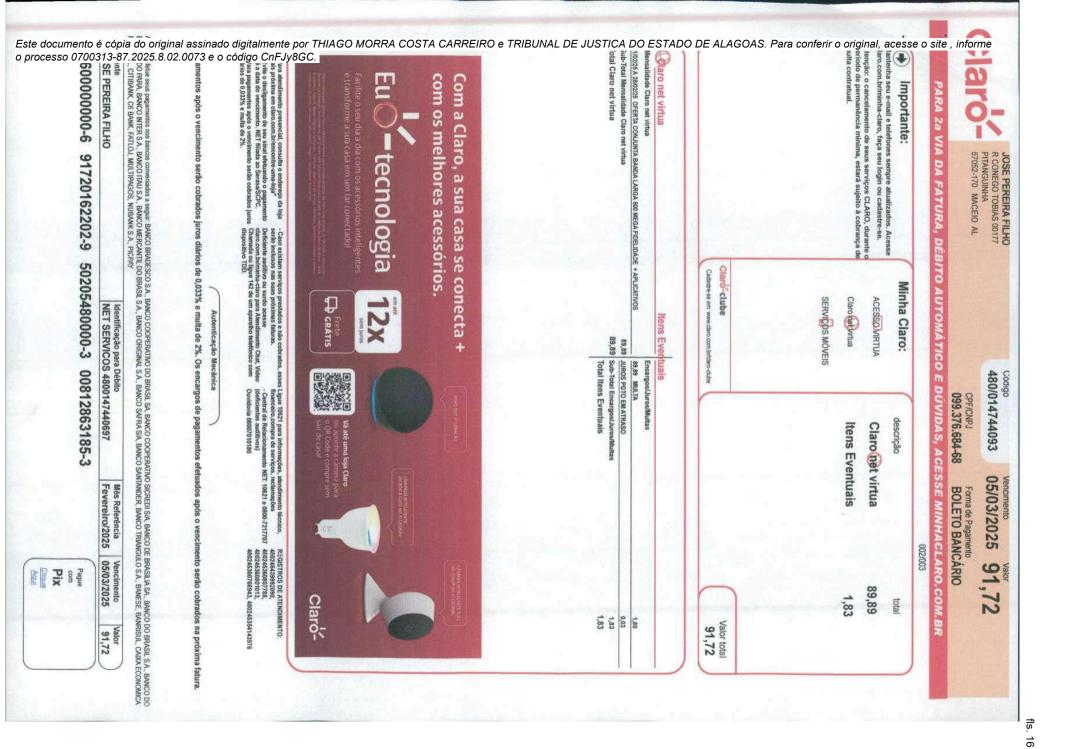
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por THIAGO MORRA COSTA CARREIRO e TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE ALAGOAS. Para conferir o original, acesse o site , informe o processo 0700313-87.2025.8.02.0073 e o código CnFJy8GC. ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL
PERICIA OFICIAL - POIAL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO (T.S. MÁRIO PEDRO DOS SANTOS NOME! EDNA ALVES DE CARVALHO PERETRA JOÃO BEZERRA DE CARVALHO DJANIRA ALVES DE CARVALHO DATA DE NASCIMENTO NATURALIDADE 24/05/1957 MACEIÓ - AL CERTO CAS 3874 FLS 109 LIV 8 10 MACEIO - AL Cour ales de ramalho Perreiro 209.831.404-30 P 300





8843 4698

334





FRANXVALDO CAVALCANTE DE LIMA RUA HILDA DE MELO ACIOLE 238 0 (D O valor final refletir a rec Atenção

> 5289396950 8299370-5210 Você tem 1 linha ativa 09/03 a 28/02 TIM Controle Lig Ilimitada6 0 02/03/2025 20/03/2025 R\$ 79,99 56265646400 11/03/2025

O valor final de sua fatura foi reduzido para effetir a redução da aliquota de ICMS decorrente da Lei Complementar n.º 194/2022. Tal redução pode ser observada no desconto identificado como 'DescEsp' e no valor final de Plano FATURA RESUMO

Total geral R\$ 79,99 R\$ 79,99

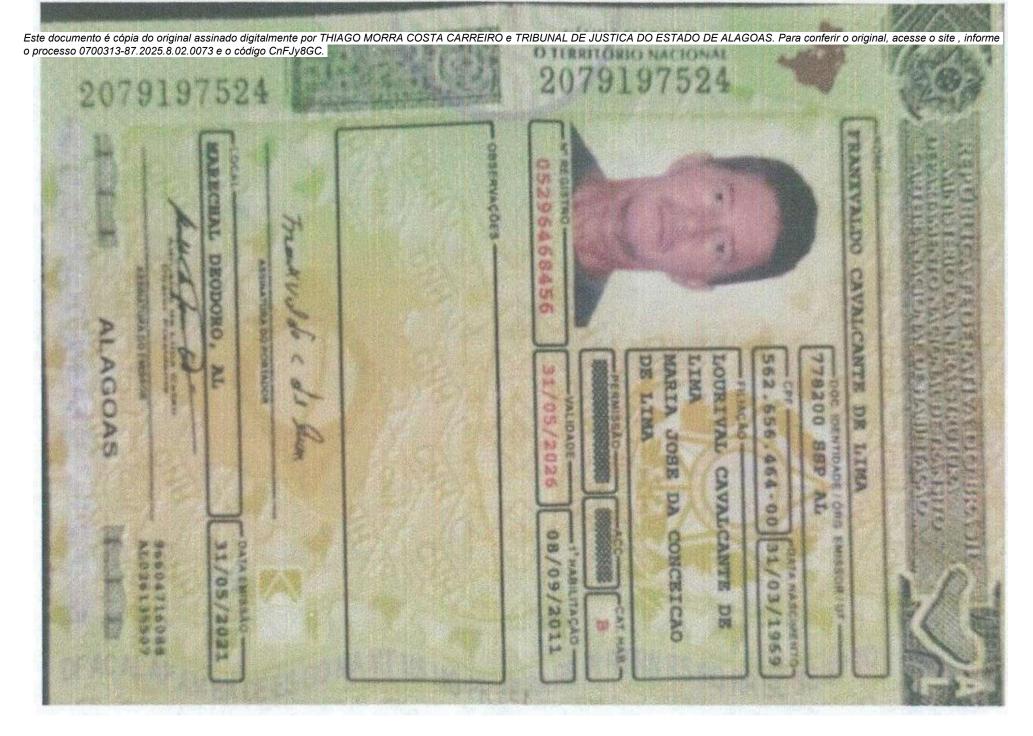


- Foi ativado TIM Controle Lig Ilimita ida6 0 para o número 82 82 99370 5210
- Foi ativado Desc Não Fidel R\$14 12M para o número 82 99370 5210
- Foi ativado Desc Esp para o número 82 99370 5210



R\$ 79,99

Pédro José Alca Pédro José Alca Rabella de Ofre	CERTIDÃO DE ÓNUS REAIS Certifico e dou fé que a presente cópia e reprodução certifico e dou fé que a presente cópia e reprodução autentiza da ficina a que se refiere, autraida nos termos dos Ats. 16 e 19 da Lei Nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 dos Ats. 16 e 19 da Lei Nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 dos Ats. 16 e 19 da Lei Nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 dos Ats. 16 e 19 da Lei Nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 dos Ats. 16 e 19 da Lei Nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 dos Ats. 16 e 19 da Lei Nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 dos Ats. 16 e 19 da Lei Nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 dos Ats. 16 e 19 da Lei Nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 dos Ats. 16 e 19 da Lei Nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 dos Ats. 16 e 19 da Lei Nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 dos Ats. 16 e 19 da Lei Nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 dos Ats. 16 e 19 da Lei Nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 dos Ats. 16 e 19 da Lei Nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 dos Ats. 16 e 19 da Lei Nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 dos Ats. 16 e 19 da Lei Nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 dos Ats. 16 e 1973 dos Ats.	R-01-2.889 = Protocolo de Compra e venda, datado de 25/02/93, c 20.000.000,00 (vinta mi 20.000,00 (vinta mi 20.000),00 (vinta mi 20.000,00 (vinta mi 20.000,00 (vinta mi 20.000,00 (vinta mi 20.000,00 (vi	PROPRIETÁRIO: CISE 12.331.328/0001-70, REGISTRO ANTERIOR: em 03/04/92, dos Re	IMOVEL: Lota nº 41 da Qda C do Loteamento Corais frances, neets Municipio.Frente:madindo 12,00 m, frundos:madindo 12,00m, limita-se com a parte res Direito:madindo 12,00 m, limita-se com o lota 42. limita-se com à lote 40. Area:408,00m2.	LIVRO REGISTRO GERAL  MATRICULA FICHA  2.889
Pedro José Alcantara Mendonça /Tabelião e Oficial de Régistro  Poder Judiciário de Alagoas Selo Digital Certidão e Averbação / Marrom AFQ48447-JCE5 1203/2025 16:11  Doc. Solicitante: ***.556.464-** Corsulte: https://selo.tjal.jus.br	ONUS REAIS sente copia è reprodução refise, sutraida nos termos 5, de 31 de dezembro de 1973. foram efetuadas aste o dis	plo n° (compra e v , lavrada no liva , das Notas do 5° , milhões de cruzei; milhões de cruzei; ). representada l' casado, empresário vendeu o imóvel obj FILHO, brasileiro, Il n° 298.704-55P/A Il n° 298.714-55P/A Il n° 181.178-Alv, a Bezerra e sua e a Bezerra e sua e s, casados, ele con CI n° 922.684-Alv, ceió (Al). O refeu uveia Ribeiro de Li lia Gouveia Ribeir	Livro 2-F, fls. 13/157, qistros Imobiliàrios dest	domff limit tante Lade	DATA CNM:0
SERVICO NO IARIAL E POR Pedro Los Maniare Mani		e venca) pela Escritura FUDLICA livro n°519/374, fis.145/147v, 5° Oficio, pelo preço de CRS 7° Oficio, pelo preço de CRS Zeiros) a proprietària Cisel 2017	DA, ricul	domfRancês, situado no povoado limita-es zom a Rua em Projeto A. tante da Fazenda Leolandia-lado Lada esquerdo: medindo 12,00 m,	Enialis Gouvela Ribeiro Oficial CNM:003871.2.0002889-49



erv. Maldreso Este documento é cópia do original assinado digitalmente por THIAGO MORRA COSTA CARREIRO e TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE ALAGOAS. Para conferir o original, acesse o site, informe





### Relatório de Consulta de Indisponibilidade de Bens

Dados Pesquisados

0 ELETRONICO DE IMOVEIS ( ONR ) data 20/03/2025 às 10:50:08 por OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA DE REGISTRO Pesquisa realizada com Nº do Documento: 099.376.684-68, Hash: 01a3dd9w2x na

## Resultado: NEGATIVO

NADA CONSTA NO CADASTRO DA CNIB

# Informações Importantes

nos artigos 7° e 9° do Provimento CNJ n° 39/ Justiça do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Este Relatório foi emitido pela Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB), com base nos artigos 7º e 9º do Provimento CNJ nº 39/2014, de 25/7/2014, da Corregedoria Nacional de

Do banco de dados da CNIB constam apenas ordens de indisponibilidades cadastradas a partir de 1º/6/2012, na forma do Provimento CGJ-SP Nº 13/2012, de 14/5/2012, da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, e de 14/8/2014, na forma do Provimento CNJ Nº 39/2014, de Justiça do Estado de São Paulo, e de 14/8/2014, na forma do Provimento CNJ Nº 39/2014, de 25/7/2014, da Corregedoria Nacional de Justiça.

assim como eventuais indisponibilidades relacionadas referem-se apenas às ordens que foram cadastradas a partir das referidas datas. Em caso positivo são indicados os números dos processos de execuções trabalhistas, fiscais e cíveis, bem como os respectivos Tribunais em que tramitam, ressalvadas informações de processos que correm em segredo de justiça de justiça. Nessas hipóteses é mantida a informação do resultado positivo, decretaram a indisponibilidade de bens. interessado reportar-se diretamente aos Juízos ou instâncias administrativas competentes A informação negativa não significa inexistência de indisponibilidades anteriormente decretadas, devendo o devendo que

Poder Judiciário e da Administração Pública que os cadastraram Os dados constantes deste relatório são de responsabilidade direta dos respectivos órgãos do

Para informações mais completas sobre a situação jurídica da pessoa pesquisada deverão ser feitas pesquisas de maior abrangência nos órgãos do Poder Judiciário e da Administração



Validar autenticidade

01a3dd9w2x

20/03/2025 às 10:53:04 Emítido em

20/03/2025 às 10:53:10

o processo 0700313-87.2025.8.02.0073 e o código CnFJy8GC.

Relatório de Consulta de Indi Página 1 de 1 de Bens

fls. 21





### Relatório de Consulta de Indisponibilidade de Bens

Dados Pesquisados

(-) ELETRONICO DE IMOVEIS ( ONR ) 20/03/2025 às 10:52:16 por OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA DE REGISTRO Pesquisa realizada com Nº do Documento: 209.831.404-30, Hash: 149v98jzeh

na

data

## Resultado: NEGATIVO

# NADA CONSTA NO CADASTRO DA CNIB

# Informações Importantes

nos artigos 7° e 9° do Provimento CNJ n° 39/ Justiça do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Este Relatório foi emitido pela Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB), com banos artigos 7º e 9º do Provimento CNJ nº 39/2014, de 25/7/2014, da Corregedoria Nacional , com base lacional de

Do banco de dados da CNIB constam apenas ordens de indisponibilidades cadastradas a partir de 1º/6/2012, na forma do Provimento CGJ-SP Nº 13/2012, de 14/5/2012, da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, e de 14/8/2014, na forma do Provimento CNJ Nº 39/2014, de 25/7/2014, da Corregedoria Nacional de Justiça.

A informação negativa não significa inexistência de indisponibilidades anteriormente decretadas, assim como eventuais indisponibilidades relacionadas referem-se apenas às ordens que foram cadastradas a partir das referidas datas. Em caso positivo são indicados os números dos processos de execuções trabalhistas, fiscais e cíveis, bem como os respectivos Tribunais em que tramitam, ressalvadas informações de processos que correm em segredo de justiça e em sigilo de justiça. Nessas hipóteses é mantida a informação do resultado positivo, devendo o decretaram a indisponibilidade de bens. interessado reportar-se diretamente aos Juízos ou instâncias administrativas competentes que

Poder Judiciário e da Administração Pública que os cadastraram. Os dados constantes deste relatório são de responsabilidade direta dos respectivos órgãos do

feitas pesquisas de Pública. Para informações mais completas sobre a situação jurídica da pessoa pesquisada deverão ser feitas pesquisas de maior abrangência nos órgãos do Poder Judiciário e da Administração abrangência orgãos



Validar autenticidade

149v98jzeh

Emitido em: 20/03/2025 às 10:53:50

Data e Hora deste Relatório: 20/03/2025 às 10:53:50

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por THIAGO MORRA COSTA CARREIRO e TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE ALAGOAS. Para conferir o original, acesse o site, informe



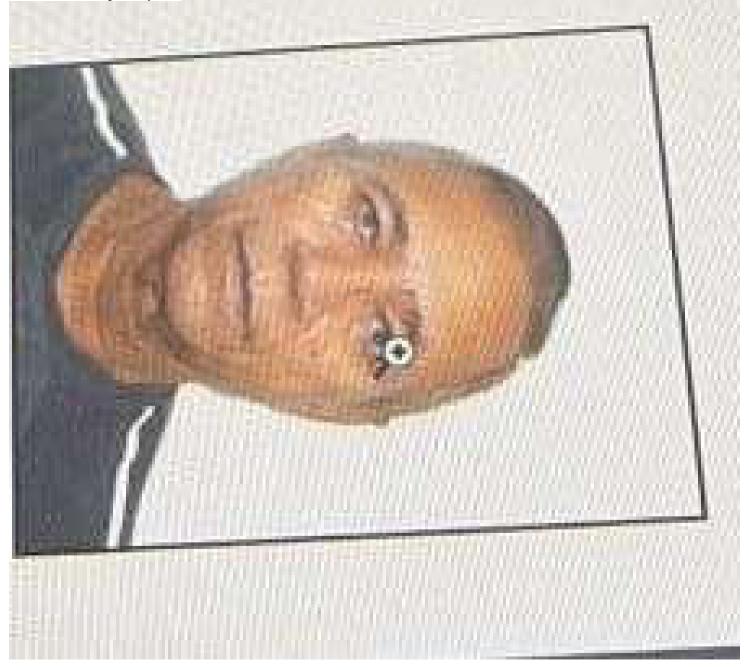
NOME
EDNA ALVES DE CARVALHO
JOÃO BEZERRA DE CARVALHO
DJANIRA ALVES DE CARVALHO
NATURALIDADE
MACEIÓ - AL
DOC ORIGEM
CERTO CAS 3874 FLS 109 LIV 810
MACEIÓ - AL
CIPIE
209.831.404-30
MARIA MADALENA CARDOSO DA SILVA
CRETIA ESPECI, DO MATTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO
CRETIA ESPECIA, DO MATTITUTO DE IDENTITUTO DE IDENTITUTO

VALIDA EM TORO O TERPITOPIO NACIONAL













### Assessoria Especial das Serventias Extrajudiciais

Autos nº 0700313-87.2025.8.02.0073 Ação: Processo Administrativo

Representante: Cartorio do 6º Ofício de Notas Maceio / Al

### **PARECER**

Trata-se de procedimento administrativo instaurado a partir do requerimento encaminhado pelo Sr. Thiago Morra Costa Carrero, delegatário titular responsável pelo Cartório do 6º Ofício de Notas de Maceió/AL (CNS 00.196-6), por meio do qual comunica a respeito de suposta falsificação.

Aduz o requerente que:

[...] Venho por meio deste ofício informar à Corregedoria Geral de Justiça do estado de Alagoas sobre uma procuração falsa lavrada em meu cartório com utilização de documentos falsos de identificação. No dia 02 de abril de 2025, por volta das 16 horas, recebi a visita na sede do tabelionato da qual sou titular de um cidadão identificado como André Vitório Borges Pereira, que relatou ter quase sido vítima de uma fraude devido a uma procuração fraudulenta lavrada em meu cartório. Ao indagá-lo sobre o ocorrido, ele me disse que estava negociando a compra de um imóvel com o suposto procurador dos proprietários, mas desconfiou da veracidade da procuração. Após pesquisar o nome dos proprietários na internet, verificou que um dos outorgantes já havia falecido há mais de dois anos.

Ao averiguar a situação, constatei que, no dia 20 de março de 2025, de fato foi lavrada uma procuração em meu cartório com os seguintes dados: como outorgantes, constam José Pereira Filho e Edna Alves de Carvalho; e como outorgado, Franxvaldo Cavalcanti de Lima. Entretanto, verifiquei que o outorgado José Pereira Filho faleceu há mais de dois anos, conforme os registros disponíveis.

Diante disso, em posse da referida procuração e das cópias dos documentos utilizados na sua lavratura, dirigi-me à delegacia para registrar um Boletim de Ocorrência. Um policial, ao acessar as bases de dados da Polícia Civil, confirmou que o mencionado outorgado faleceu antes da data da lavratura da procuração. Além disso, a Polícia Civil constatou irregularidades nos documentos de identificação apresentados pelos estelionatários, confirmando a falsificação. (p. 01)

Às págs. 02/25, juntou-se toda a documentação relativa à suposta falsificação.



### Assessoria Especial das Serventias Extrajudiciais $\acute{\mathbf{E}}$ o relatório. Passo a opinar.

De início, cumpre destacar que a atribuição fiscalizatória desta Corregedoria Geral da Justiça de Alagoas decorre da previsão constitucional contida no art. 236 da Carta Magna, *in verbis*:

Art. 236. Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público.

§ 1º Lei regulará as atividades, disciplinará a responsabilidade civil e criminal dos notários, dos oficiais de registro e de seus prepostos, e definirá a fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário.

A normativa instituída no âmbito deste estado de Alagoas, (Consolidação Normativa Notarial e Registral de Alagoas, instituída pelo Provimento nº 16/2019 da CGJ/AL), preconiza, em seu art. 63, a competência desta Corregedoria Geral da Justiça de Alagoas para fiscalizar as serventias notariais e registrais, nos termos do art. 41 do Código de Organização Judiciária.

Considerando que os fatos narrados neste autos indicam a configuração, em tese, de crime contra a fé pública, na modalidade "falsificação de documento público", contida no art. 297 do Código Penal, e que o ora noticiante já registrou Boletim de Ocorrência na correspondente Delegacia de Polícia para investigação de eventual crime, **OPINO** no sentido de que:

- a) Seja determinado que a Secretaria de Cumprimento da AESE proceda à inserção da presente comunicação no sistema constante no site da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas, que se refere a "documentos falsos", para que seja disponibilizado à consultas.
- b) Que o requerente, Sr. Thiago Morra Costa Carrero, delegatário titular responsável pelo Cartório do 6º Ofício de Notas de Maceió/AL (CNS 00.196-6), seja notificado para ciência das informações dos presentes autos.
- c) Caso acolhido o parecer, pela extinção do feito e o consequente arquivamento dos autos, com fulcro no art. 52 da Lei Estadual nº 6.161/2000, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual.



### Assessoria Especial das Serventias Extrajudiciais

À superior consideração do Excelentíssimo Senhor Corregedor-Geral da Justiça de Alagoas.

Maceió/AL, 03 de abril de 2025.

### Laila Kerckhoff dos Santos

Juíza Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça





### Gabinete do Corregedor

Autos n.º 0700313-87.2025.8.02.0073 Ação: Processo Administrativo

Representante: Cartorio do 6º Ofício de Notas Maceio / Al

### MANDADO/CARTA/OFÍCIO N.º /2025.

- 1. Trata-se de procedimento administrativo instaurado nesta Corregedoria Geral da Justiça em decorrência de expediente encaminhado por Thiago Morra Costa Carrero, Delegatário responsável pelo Cartório do 6º Ofício de Notas de Maceió/AL (CNS 00.196-6), comunicando a respeito de suposta falsificação.
- 2. No Parecer colacionado às fls. 26-28, a Juíza Auxiliar desta Corregedoria Geral de Justiça consignou que "[...] os fatos narrados neste autos indicam a configuração, em tese, de crime contra a fé pública, na modalidade 'falsificação de documento público', contida no art. 297 do Código Penal, e que o ora noticiante já registrou Boletim de Ocorrência na correspondente Delegacia de Polícia para investigação de eventual crime".
- 3. Nesse contexto, <u>ACOLHO</u> integralmente o Parecer de fls. 26-28 e, por seus próprios fundamentos, **DETERMINO** a adoção das seguintes providências:.
  - a) Seja determinado que a Secretaria de Cumprimento da AESE proceda à inserção da presente comunicação no sistema constante no site da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas, que se refere a "documentos falsos", para que seja disponibilizado à consultas:
  - b) Que o requerente, Sr. Thiago Morra Costa Carrero, Delegatário titular responsável pelo Cartório do 6º Ofício de Notas de Maceió/AL (CNS 00.196-6), seja notificado para ciência das informações dos presentes autos.
- 4. Não havendo medidas complementares a serem adotadas ao caso, **EXTINGO** o feito, determinando o consequente **arquivamento**, após a adoção das medidas acima determinadas, com fulcro no art. 52, da Lei Estadual n.º 6.161/2000, que regula o processo administrativo na esfera da Administração Pública Estadual.
  - 5. À Secretaria da AESE para adoção das providências necessárias.
  - 6. Utilize-se cópia da presente decisão como mandado/ofício.
  - 7. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Após, arquive-se.

Maceió, datado eletronicamente.

### Des. CELYRIO ADAMASTOR TENÓRIO ACCIOLY

Corregedor-Geral da Justiça



Emitido em: 04/04/2025 19:30

Página: 1

TJ/AL - COMARCA DE MACEIÓ Certidão - Processo 0700313-87.2025.8.02.0073

### CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0070/2025, encaminhada para publicação.

Representante Forma
Cartorio do 6º Ofício de Notas Maceio / Al D.J

Teor do ato: "MANDADO/CARTA/OFÍCIO N.º \_/2025. 1. Trata-se de procedimento administrativo instaurado nesta Corregedoria Geral da Justiça em decorrência de expediente encaminhado por Thiago Morra Costa Carrero, Delegatário responsável pelo Cartório do 6º Ofício de Notas de Maceió/AL (CNS 00.196-6), comunicando a respeito de suposta falsificação. 2. No Parecer colacionado às fls. 26-28, a Juíza Auxiliar desta Corregedoria Geral de Justiça consignou que "[...] os fatos narrados neste autos indicam a configuração, em tese, de crime contra a fé pública, na modalidade 'falsificação de documento público', contida no art. 297 do Código Penal, e que o ora noticiante já registrou Boletim de Ocorrência na correspondente Delegacia de Polícia para investigação de eventual crime". 3. Nesse contexto, ACOLHO integralmente o Parecer de fls. 26-28 e, por seus próprios fundamentos, DETERMINO a adoção das seguintes providências:. a) Seja determinado que a Secretaria de Cumprimento da AESE proceda à inserção da presente comunicação no sistema constante no site da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas, que se refere a "documentos falsos", para que seja disponibilizado à consultas; b) Que o requerente, Sr. Thiago Morra Costa Carrero, Delegatário titular responsável pelo Cartório do 6º Ofício de Notas de Maceió/AL (CNS 00.196-6), seja notificado para ciência das informações dos presentes autos. 4. Não havendo medidas complementares a serem adotadas ao caso, EXTINGO o feito, determinando o consequente arquivamento, após a adoção das medidas acima determinadas, com fulcro no art. 52, da Lei Estadual n.º 6.161/2000, que regula o processo administrativo na esfera da Administração Pública Estadual. 5. À Secretaria da AESE para adoção das providências necessárias. 6. Utilize-se cópia da presente decisão como mandado/ofício. 7. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Após, arquive-se. Maceió, datado eletronicamente. Des. CELYRIO ADAMASTOR TENÓRIO ACCIOLY Corregedor-Geral da Justica"

Maceió, 4 de abril de 2025.





### ESTADO DE ALAGOAS PODER JUDICIÁRIO

Juízo de Direito da Extrajudicial Administrativo

Rua do Livramento, nº 384, Centro - CEP 57020-030, Fone: 4009-3805, Maceió-AL - E-mail: cartorioextra@tjal.jus.br

### CERTIDÃO DE REMESSA DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO - PORTAL ELETRÔNICO

Autos n° 0700313-87.2025.8.02.0073

Ação: Processo Administrativo

Representante: Cartorio do 6º Ofício de Notas Maceio / Al e outro

Tipo Completo da Parte Passiva Principal << Informação indisponível >>: Nome da Parte

Passiva Principal << Informação indisponível >>

CERTIFICA-SE, que em 07/04/2025 o ato abaixo foi encaminhado para CITAÇÃO/INTIMAÇÃO no portal eletrônico.

Destinatário do Ato: 1966 - 6º OFÍCIO DE NOTAS DE MACEIÓ

Teor do Ato: MANDADO/CARTA/OFÍCIO N.º /2025. 1. Trata-se de procedimento administrativo instaurado nesta Corregedoria Geral da Justiça em decorrência de expediente encaminhado por Thiago Morra Costa Carrero, Delegatário responsável pelo Cartório do 6º Ofício de Notas de Maceió/AL (CNS 00.196-6), comunicando a respeito de suposta falsificação. 2. No Parecer colacionado às fls. 26-28, a Juíza Auxiliar desta Corregedoria Geral de Justiça consignou que "[...] os fatos narrados neste autos indicam a configuração, em tese, de crime contra a fé pública, na modalidade 'falsificação de documento público', contida no art. 297 do Código Penal, e que o ora noticiante já registrou Boletim de Ocorrência na correspondente Delegacia de Polícia para investigação de eventual crime". 3. Nesse contexto, ACOLHO integralmente o Parecer de fls. 26-28 e, por seus próprios fundamentos, DETERMINO a adoção das seguintes providências:. a) Seja determinado que a Secretaria de Cumprimento da AESE proceda à inserção da presente comunicação no sistema constante no site da Corregedoria Geral da Justica do Estado de Alagoas, que se refere a "documentos falsos", para que seja disponibilizado à consultas; b) Que o requerente, Sr. Thiago Morra Costa Carrero, Delegatário titular responsável pelo Cartório do 6º Ofício de Notas de Maceió/AL (CNS 00.196-6), seja notificado para ciência das informações dos presentes autos. 4. Não havendo medidas complementares a serem adotadas ao caso, EXTINGO o feito, determinando o consequente arquivamento, após a adoção das medidas acima determinadas, com fulcro no art. 52, da Lei Estadual n.º 6.161/2000, que regula o processo administrativo na esfera da Administração Pública Estadual. 5. À Secretaria da AESE para adoção das providências necessárias. 6. Utilize-se cópia da presente decisão como mandado/ofício. 7. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Após, arquivese. Maceió, datado eletronicamente. Des. CELYRIO ADAMASTOR TENÓRIO ACCIOLY Corregedor-Geral da Justiça



JUDICIARIO
DE ALAGOAS
ESTADO DE ALAGOAS
PODER JUDICIÁRIO
Juízo de Direito da Extrajudicial Administrativo Rua do Livramento, nº 384, Centro - CEP 57020-030, Fone: 4009-3805, Maceió-AL - E-mail: cartorioextra@tjal.jus.br

Maceió (AL), 07 de abril de 2025